

HABEAS CORPUS Nº 548.391 - SP (2019/0355785-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA ALBERNAZ RODRIGUES DA CRUZ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATO BADOÇO SOARES (PRESO)
PACIENTE : LETICIA FRANCISCA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : RENATA LUCIO DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : EMERSON FRANCISCO DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RENATO BADOÇO SOARES, LETICIA FRANCISCA DA SILVA, RENATA LUCIO DA SILVA e EMERSON FRANCISCO DE MELO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 0007479-64.2018.8.26.0050.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau proferiu sentença na Ação Penal n.º 0007479-64.2018.8.26.0050, em 23/10/2018, nos seguintes termos (fl. 76):

"Ante o exposto, julga-se PROCEDENTE EM PARTE a presente ação penal, para CONDENAR a ré RENATA LÚCIO DA SILVA à pena de (05) cinco anos e (04) quatro meses de reclusão, em regime semiaberto, e pagamento de (13) treze dias multa por incorrer no artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal; os réus RENATO BADOÇO SOARES e LETÍCIA FRANCISCA DA SILVA RODRIGUES à pena de (06) seis anos, (02) dois meses e (20) vinte dias de reclusão, em regime semiaberto para Letícia e regime fechado para Renato, e pagamento de (15) quinze dias multa por incorrerem no artigo 157, §2º, inciso II, por duas vezes, c/c artigo 71, parágrafo único, ambos do Código Penal; e o réu EMERSON FRANCISCO DE MELO à pena de (07) sete anos, (03) três meses e (03) três dias de reclusão, em regime fechado, e pagamento de (16) dezesseis dias multa por incorrer no artigo 157, §2º, inciso II, por duas vezes, c/c artigo 71, parágrafo único, ambos do Código Penal. Todos os réus estão absolvidos de estarem incursos no artigo 2º da lei 12.850/13 com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal."

Isso porque praticaram, entre os dias 28/12/2017 e 24/01/2018, em

concurso de agentes, os delitos de roubo contra farmácias.

Interpostos recursos de apelação pelos Sentenciados e pelo Ministério Público, o Tribunal estadual deu parcial provimento aos apelos, fixando, ao final, as penas dos Pacientes LETICIA e RENATO em 10 (dez) anos e 8 (oito) meses de reclusão, mais 26 (vinte e seis) dias-multa; e a do Paciente EMERSON em 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, mais 27 (vinte e sete) dias-multa. O acórdão foi assim ementado (fl. 86; sem grifos no original):

"Apelação Criminal – ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS – Apelo do Ministério Público requerendo a condenação dos réus absolvidos em crimes de roubo e por organização criminosa – Insuficiência probatória. Conjunto acusatório que não demonstra acima de dúvidas a participação da ré Renata em um dos roubos e do réu Renato em outro roubo – Vítimas contraditórias nos reconhecimentos – Organização criminosa. Ausência de prova segura sobre a estabilidade e permanência. Investigação que não se aprofundou sobre a existência, ou não, de vínculo associativo entre os acusados. Manutenção da absolvição – Concurso material de crimes. Necessidade de reconhecimento. Roubos praticados nas mesmas condições de tempo e lugar, mas com maneira de execução diversa entre eles. Diversidade de agentes. Continuidade delitiva afastada – Reprimenda. Adequação com o reconhecimento do concurso material Recurso do réu Emerson pleiteando a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão. Provimento parcial. Possibilidade de compensar, mas somente no crime em que admitiu os fatos – Apelos parcialmente providos."

No presente *writ*, sustenta a Parte Impetrante que estão presentes os requisitos para o reconhecimento do crime continuado, sendo indevida a conclusão do acórdão ora impugnado no sentido de que houve concurso material entre os crimes cometidos.

Afirma que *"o tipo penal é o mesmo, ou seja, descrito no artigo 157, roubo, de mesma natureza, mesmo modus operandi, em concurso de agentes, e mesma condição de lugar"* (fl. 8)

Pede, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da continuidade delitiva e o conseqüente afastamento do concurso material.

É o relatório inicial.

Passo a decidir o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária e prelibatória, considero que não estão presentes os requisitos necessários ao atendimento do pleito liminar.

Na espécie, o Tribunal estadual assim consignou (fls. 94-95):

"Com razão ao Ministério Público ao pleitear o afastamento da continuidade delitiva para reconhecer o concurso material entre os roubos.

Os crimes foram praticados com identidade de tempo e lugar, mas a maneira de execução é diversa, portanto atingiu vítimas (da grave ameaça) diferentes e a composição das duplas nunca foi a mesma, demonstrando alteração dos corréus.

Essa alteração dos agentes é elemento apto a afastar a identidade na maneira de execução, devendo os roubos serem considerados em concurso material."

Prima facie, ressalto que não é possível, na via exígua do *habeas corpus*, proceder ao amplo reexame dos fatos e das provas para reconhecer a continuidade delitiva, sobretudo se as instâncias ordinárias, soberanas na análise da matéria fática dos autos, ficaram convictas quanto à inexistência de semelhança na execução dos delitos.

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte superior:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. UNIFICAÇÃO DAS PENAS E CONTINUIDADE DELITIVA. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE RECONHECERAM A HABITUALIDADE CRIMINOSA. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

1. O acórdão impugnado se encontra em consonância com a jurisprudência desta Corte, a qual já se posicionou no sentido de que os institutos da habitualidade e do crime continuado são incompatíveis.

*2. Com base na análise do acervo probatório, a Corte a quo entendeu que não houve unidade de desígnios entre os delitos perpetrados, **tampouco foram preenchidos os requisitos objetivos. Destarte, rever tal entendimento demandaria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível na estreita via do habeas corpus.***

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 427.427/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 28/08/2018.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.

EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. CONTINUIDADE DELITIVA. REQUISITOS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. WRIT NÃO CONHECIDO. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO DESPROVIDO.

*I - Segundo a jurisprudência do col. STF e desta Corte, para efeito de reconhecimento da continuidade delitiva, é indispensável que o agente tenha praticado as condutas delituosas em idênticas condições de tempo, lugar, **maneira de execução e outras semelhanças e, ainda, que exista liame a indicar a unidade de desígnios.***

II - No caso, as instâncias ordinárias afastaram a continuidade delitiva por entenderem que não restou demonstrada a unidade de desígnios entre os crimes, que seriam autônomos, o que demonstraria a habitualidade criminosa.

*III - **Modificar o entendimento das instâncias ordinárias para reconhecer a figura da continuidade delitiva demandaria necessariamente amplo reexame do acervo fático-probatório, procedimento incompatível com a estreita via do habeas corpus.***

IV - No presente agravo regimental não se aduziu qualquer argumento novo e apto a ensejar a alteração da decisão agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 423.057/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018.)

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a serem instruídas com a chave de acesso ao processo eletrônico, notadamente para que esclareça se a condenação transitou em julgado.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora